

“A vida pode surgir somente do cadáver em decomposição do colono”? Uma leitura possível para a narrativa *Nós matamos o cão-tinioso*

RESUMO

Este artigo trata-se de uma das leituras possíveis para a narrativa que dá nome à obra de Luís Bernardo Honwana, “Nós matamos o cão-tinioso”. A história se passa na Moçambique colonial e apresenta uma situação conflituosa e cheia de complexidades: a tarefa de matar um cão, que algumas pessoas da sociedade julgam como “podre” e “velho”, mas, no entanto, delegam a tarefa para um grupo de crianças. Trabalhamos com algumas: Por que o cão precisa morrer? Por que são as crianças que precisam executar essa tarefa? Considerando o contexto colonial, que leitura pode ser feita da imagem do cão? Aqui consideramos que há uma narrativa construída cheia de ambiguidades e, por isso, evocamos o estudo de Walter Benjamin (1984) que trata sobre a “alegoria”. Além de outros autores, tais como Mark Sabine (2010), Fabio Salem Daie (2014), José Luís Cabaço (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2003).

PALAVRAS-CHAVE: Cão-Tinioso. Alegoria. Colonizador. Moçambique. Independência.

INTRODUÇÃO

Nós Matámos o Cão-Tinhoso¹ (HONWANA, 1980, p.5-35), a contar pela recorrente presença em antologias e nos escassos estudos críticos encontrados sobre a obra e também sobre as literaturas moçambicanas e africanas de língua portuguesa, é o conto mais conhecido de Luís Bernardo Honwana. É notório que críticos e estudiosos até se lancem nas discussões sobre o texto, embora a invisibilização do conto seja algo notório, já que não há tantos estudos sobre ele, publicado ou apresentado². Essa foi uma questão que nos causou inquietação: o silêncio da crítica. Será que o silêncio da crítica em relação ao “Nós matamos o cão-tinhoso” deve-se ao fato de ter sido escrito por Honwana, um ex-integrante da FRELIMO e, no período pós-independência, ocupante de cargos políticos no governo que se estabeleceu em Moçambique até os dias atuais? Será que a narrativa faz alusão a questões que causam embaraço ao governo da Frelimo? Para além das referências e alusões de carácter enciclopédico reincidentes nas leituras panorâmicas historiográficas, ao longo da pesquisa passamos a localizar, pela internet, registros de trabalhos produzidos no Brasil e no exterior a partir do início do século XXI, da área de literatura ou áreas afins, que têm como objeto de análise a pequena história de Honwana.

Dentre os estudos encontrados, dois chamaram-nos a atenção, pelo teor e forma aliados à procedência e data. Mark Sabine (2010), da Universidade de Nottingham, em “Nós matámos o cão-tinhoso: a emasculação de África e a crise do patriarca negro” propõe uma leitura com foco na desvirilização do homem negro pelo poder colonial, a partir do que o autor chama de denúncia honwaniana. O ensaísta, em apenas quatorze páginas, busca fazer a crítica da obra, em sua totalidade e, sobre a figura do Cão-Tinhoso, a leitura feita é a de que o animal se assemelha a Ginho, enquanto homem negro marginalizado pelo sistema colonial. Sabine não entra na questão da associação do cão ao colonizador ou ao colonizado, mas em relação a sua marginalidade. Para ele a morte do cão surge como forma de mensurar a virilidade de Ginho:

No conto de Honwana, no entanto, é a tentativa falhada de matar um cão vadio, inofensivo, que despoleta a iniciação mais dolorosa do jovem narrador numa ordem social adulta, quando este procura lidar com o facto de ser ridicularizado e injuriado, pelos outros rapazes membros da sua malta, que afirmam que “ele não é macho de verdade”. (SABINE, 2010).

Para o crítico, os sentimentos que surgem do texto de Honwana derivam “desta marginalização humilhante sofrida por rapazes, (sic) e homens assimilados, e da ausência de uma figura paternal exemplar”. A proposta de leitura de Sabine também considera os narradores como assimilados, segundo ele, esses sofrem ao perceberem que o sistema colonial promove a “emasculação” do homem “indígena”, então ele tenta conquistar a “virilidade”, que aparece como uma característica do homem branco. Sabine defende que o olhar infantil de Ginho desmascara a “respeitabilidade com que a ideologia colonial reveste a discriminação racial e a coerção violenta” e que, no texto de Honwana, isso é possível por conta das analogias e alusões intertextuais, utilizadas na construção das histórias. Assim, segundo ele, “as agressões aí contadas podem ser comparadas com outros casos, numa leitura dialética” e, dessa forma, ele lê as tentativas de aprendizagem de Ginho – em relação aos valores de gênero e das regras para exercer hegemonia – comparando-as as práticas da sociedade adulta.

Já o estudo de Fabio Salem Daie (2014), da Universidade de São Paulo, “Nós ainda não matamos ninguém – Opressão e violência em O Cão-Tinhoso, de Honwana”, trabalha, até certo ponto, com a ambiguidade das figuras do colonizador/colonizado na construção do Cão-Tinhoso. Entretanto, logo descarta a correspondência com o colonizador, considerando que essa se trata, apenas, de uma tentadora relação, já que existem muitos fatores que extrapolam “a analogia Cão-Tinhoso – Portugal”. É a leitura que mais se aproxima da ambivalência que pretendemos ora defender, com a diferença de assumirmos o Cão-Tinhoso como uma alegoria³, podendo ser lida em seus vários significados, e identificarmos fatores que extrapolam a leitura Cão-Tinhoso/Portugal/Colonizador, da mesma forma que existem outros extrapolando a leitura Cão-Tinhoso/Moçambique/Colonizado, proposta por ele nesse ensaio, como, aliás, já havíamos apresentado em artigo de graduação em 2009, bem como em eventos e publicações nos anos de 2012, 2013 e 2020.

1. A AMBIGUIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CÃO-TINHOSO: COLONIZADOR OU COLONIZADO?

Em meus primeiros ensaios de leitura da narrativa, tive dificuldade em interpretar o cão como o colonizador. Por se tratar de estudos introdutórios, faltou-me no início o conhecimento necessário para o entendimento da complexidade que permeava as relações da sociedade colonial em Moçambique. Também me faltavam conhecimentos sobre a história da colonização portuguesa e sobre a organização dos movimentos anticoloniais, bem como da unificação desses movimentos, em torno de uma ideia de nação e de sujeito moçambicano. Então, não percebia a ambiguidade que reveste o texto de Honwana.

Acredito que a repercussão dessa narrativa não tenha relação com o fato de ela ser a primeira da coletânea, pois possivelmente está atrelada ao conteúdo, que põe o leitor em contato com as realidades social e humana vividas em Moçambique na década de 1960: de início da luta pela independência e dos alvares de projetos de nação, em que a ideia de unidade nacional não se encontrava consolidada em todo o território. O conto é uma leitura ampla e multifacetada da sociedade colonial da, então, Lourenço Marques, hoje Maputo, e explora magistralmente tensões mobilizadas nas relações entre colonizadores e colonizados, com especial atenção pelas figuras de colonos e de assimilados, mostradas sob diferentes prismas que envolvem ações e reações, em termos de sentimentos, pensamentos e motivações frente aos antagonismos.

A narrativa, inicialmente ambientada na escola colonial frequentada por filhos de colonos e ao menos por duas crianças negras moçambicanas em franco processo de assimilação, tem seu conflito centrado na morte do Cão-Tinhoso, pautado por relações de poder e de transferência sintomática e estratégica de comprometimento. A morte do cão é dada como uma determinação do Senhor Administrador, que incumbiu o Doutor da Veterinária de providenciar essa morte. Esse transferiu a ação para seu subordinado, Senhor Duarte, que, por sua vez, repassou para um grupo de garotos, do qual Ginho, o narrador, era integrante. A morte de Tinhoso, conforme afirma o administrador, era algo necessário, pois o cão “está tão podre que é um nojo”, mas o Doutor da Veterinária não tinha muita certeza dessa necessidade. Isaura, pelos dados da narrativa, é uma criança negra

“nativa” e, como Ginho, estudava na mesma escola que as demais crianças da história. Segundo o narrador, ela “era a única que gostava do Cão-Tinhoso [...] mas [...] era maluquinha, todos sabiam”, pois ela dava erros na cópia (HONWANA, 1980, p.8). O menino Ginho mantinha uma relação que podemos classificar como ambígua com o cão. Ele não demonstra o mesmo desprezo que os demais garotos da malta em relação a Tinhoso, mas, diferente de Isaura, no decorrer da narrativa, foi-se convencendo de que talvez fosse melhor o Cão-Tinhoso morrer.

Entendo que a ambiguidade pode ter sido um caminho utilizado pelo autor para pensar a complexidade das questões de caráter histórico-político e social que aparecem como temas na narrativa. Percebo ambiguidade nas relações sociais narradas que, ao mesmo tempo, podem aludir diferentes lados do sistema, com diferentes interesses, dentro da realidade colonial, vivenciada por Moçambique na década de 1960. Ou pode ser ainda algo do caráter “alegórico”, próprio mesmo dos provérbios das culturas tradicionais, que podem influenciar na forma de narrar, no texto de Honwana. Por isso, pensar essa narrativa, relacionando-a ao contexto em que foi publicada, é pensar as relações sociais, extrapolando a dicotomia colonizador/colonizado. É trazer à baila as nuances dessa dicotomia, configuradas a partir dos grupos, componentes da sociedade colonial, que não era formada por europeus e nativos apenas, mas de povos de outras origens, que se estabeleceram no território a partir do comércio e que – tanto quanto os nativos (assimilados ou representantes do poder tradicional) – ora colaboravam junto do sistema colonial, ora se colocavam contrários a ele.

Justamente por conta dessa complexidade dos papéis sociais e das posições perante a colonização decidi por uma leitura que contemple a ambiguidade do texto. Para isso, tomarei o Cão-Tinhoso como o grande enigma da narrativa. A partir dele e das posições assumidas pelos personagens, em relação à sua morte é que se tornou possível captá-lo como enigma, uma das características da alegoria benjaminiana, a começar pela descrição do cão por Ginho:

O Cão-Tinhoso tinha a pele velha, cheia de pelos brancos, cicatrizes e muitas feridas. Ninguém gostava dele porque era um cão feio. Tinha sempre muitas moscas a comer-lhes as crostas das feridas e quando andava, as moscas iam com ele, a voar em volta. Ninguém gostava de lhe passar a mão pelas costas como aos outros cães. (HONWANA, 1980, p.6-7).

Na apresentação de Ginho, o cão já aparece como uma imagem que pode ser lida como decadente, em ruína, pois além de velho, ele possui a pele cheia de feridas e tem sempre moscas em sua volta. Na fala do Senhor Administrador, como na dos demais representantes do poder colonial, o cão é apresentado como “podre”, digno de ser banido do convívio com as pessoas. É o caso da passagem em que o cão foi percebido pelo administrador da colônia, no clube: “ouve lá, o que é que este cão está a fazer ainda vivo? Está tão podre que é um nojo, caramba!” (HONWANA, 1980, p.12). Por essa descrição e pela morte do cão – que será encomendada pelos adultos ao grupo de crianças e que leio como um elemento demarcador de passagem, mudança, transformação – é que se justifica o caráter alegórico do cão, das ações e decisões das personagens, da trama e da narrativa.

Walter Benjamin (1984) trabalha esse caráter das alegorias – uma imagem em ruína – a partir do Barroco Alemão, considerando que “o que jaz em ruínas, o fragmento significativo, o estilhaço: essa é a matéria mais nobre da criação barroca” (p.200). As ruínas, conforme sua apresentação, são os elementos legados pela Antiguidade aos poetas barrocos, elas são “a visão perfeita” do novo. Na visão do filósofo, a beleza da alegoria está no seu interior. É na significação de sua simbologia que se encontra seu lugar de beleza. Segundo Benjamin, toda obra considerada significativa tem, em sua raiz, estreita relação com a história. O trabalho da crítica filosófica está, justamente, em mostrar a função da arte, que é a de “converter em conteúdos de verdade, de caráter filosófico, os conteúdos factuais, de caráter histórico” (p. 204). Conforme o filósofo alemão, isso faz com que o declínio de uma obra de arte surja como um renascimento e que, em vez de se firmar pela sua beleza, a obra afirme-se enquanto ruína.

“Nós Matamos o Cão-Tinhoso” é uma bela narrativa moçambicana, que pode ser tomada para além das questões estéticas, em sua importante significação histórico-filosófica. O Cão-Tinhoso, enquanto enigma, torna-se mote para discussões que envolvem questões pertinentes para aquela Moçambique da década de 1960, relacionadas com as ideias de independência, com a união dos povos por uma unidade nacional, com o nascimento de um novo sujeito moçambicano e com a modernização das culturas preexistentes. Como alegoria, a narrativa pode ser lida em sua ambiguidade, que vai sendo percebida através da relação que os partícipes da sociedade colonial estabelecem com o cão na narrativa. A partir dessas relações é que podemos fazer uma leitura do cão como uma figura decadente do colonizador, do sistema colonial português ou como uma representação do território ou do indivíduo colonizado, que tem sua imagem execrada por determinada parcela da sociedade.

A “a ambiguidade”, segundo Winckelmann, “está [...] sempre em contradição com a pureza e a unidade da significação” e é esse caráter ambíguo que faz da alegoria uma imagem “capaz de exprimir com tão poucos traços quanto possível o objeto a ser significado” (WINCKELMANN, apud Benjamin, 1984, p.199; 208). Percebemos essa capacidade de múltiplos sentidos na figura do cão-tinhoso, pois, em relação a Moçambique, a figura do cão, associada à imagem do colonizador, está longe de ser essa figura frágil, descrita por Ginho. Pelo contrário, o colonizador português representa a força, o poder e a opressão, na sociedade colonial moçambicana. Entretanto, os olhos azuis do cão-tinhoso são uma pista que pode nos levar a uma leitura do cão como o homem branco, o colono português, o sistema colonial português em decadência.

[o] Cão-Tinhoso tinha uns olhos azuis que não tinham brilho nenhum, mas eram enormes e estavam sempre cheios de lágrimas, que lhe escorriam pelo focinho. Metiam medo aqueles olhos, assim tão grandes, a olhar como uma pessoa a pedir qualquer coisa sem querer dizer [...] passava o tempo todo a dormir, mas às vezes andava, e então eu gostava de o ver, com os ossos todos à mostra no corpo magro. (HONWANA, 1980, p.5).

Pensamos, então, a morte do cão como um projeto de determinado grupo dessa sociedade: quem deseja a morte desse cão e por quais motivos ou interesses esse cão precisa morrer? Torna-se relevante também pensar a situação de Portugal perante as outras potências colonizadoras. Se, no entanto, tomarmos a

“podridão” do cachorro como a imagem que o colonizador faz do colonizado, outras questões podem surgir: por que Ginho, uma criança “nativa” e assimilada, até certa medida, concorda com a necessidade da morte do cão? Por que Isaura, que é outra criança nativa, tem apego ao cão e tenta evitar a sua morte? Qual é o significado dessa morte do sujeito – ou do mundo – tradicional/colonizado (descolonizar para quê ou para quem?)?

Pensar o processo de descolonização em Moçambique torna-se, então, necessário, identificando os anseios dos diferentes grupos interessados pela independência do território. Como se pode perceber, em *Nós Matamos o Cão-Tinhoso*, “as figuras se revelam como alegóricas na medida em que o enredo tem com a estranha moralidade dos personagens uma relação rara e hesitante” (BENJAMIN, p.215). Então percebemos que não só o cão-tinhoso é construído de forma alegórica, assim como os demais personagens da narrativa, o texto, em si.

Com a frase de Frantz Fanon (1961, p.73) intitulamos a discussão acerca das possibilidades interpretativas da narrativa de Honwana, pautada por postulações do senso comum emitidas em variados fóruns acadêmicos. Em inúmeras circunstâncias, constatamos a frequência de uma analogia direta e imediata entre a figura do Cão-Tinhoso e o colonizador, que precipitadamente considera essa a única resposta para o enigma em tela: quem é o cão/sujeito tão marcado por estigmas? Sem descartar tal leitura aprioristicamente e trabalhando com o cão enquanto representação do colonizador/sistema colonial, a primeira imagem sugestiva que surge no texto é a dos olhos azuis do Cão-Tinhoso (p.5), convencionalmente associada ao homem branco europeu, o que parece vir ao encontro de uma suposta inferência ou expectativa de que o cão morto ou assassinado devesse ou precisasse ser o colonizador, sugerido desde os títulos do conto e do livro.

2. CÃO-TINHOSO/COLONIZADOR: O PRIMO POBRE EUROPEU

Nas páginas iniciais da narrativa, o Cão-Tinhoso é apresentado junto com os outros cães do lugar, à frente de uma escola, frequentada por brancos e (alguns) negros e mestiços. Nessa imagem destaca-se a passividade de Tinhoso diante dos demais cães, segundo a descrição de Ginho, o narrador, e somos motivados a pensar como Daie (2014) que, na tentativa de passear pela leitura do cão como correspondente do sistema colonial, portanto de Portugal que, para ele surge como “o mais fraco e doente dos impérios coloniais”, mas também “revela-se simplesmente como um grande impostor, cujo acesso ao fórum dos iguais está vedado”.

Houve um dia que ele ficou o tempo todo no portão da Escola a ver os outros cães a brincar no capim do outro lado da estrada, a correr, a correr, a correr, e a cheirar debaixo do rabo uns aos outros. Nesse dia o Cão-Tinhoso tremia mais do que nunca, mas foi a única vez que o vi com a cabeça levantada, o rabo direito e longe das pernas e as orelhas espetadas (HONWANA, 1980, p.5).

O Cão-Tinhoso não brincava junto aos outros cães, estava a observá-los, como um excluído. Chama-nos a atenção o fato de, mesmo frágil, pois “tremia mais do que nunca”, ele assumir uma postura altiva, “o rabo direito e longe das pernas e

as orelhas espetadas”, na tentativa, talvez, de impor-se perante o grupo de cães que o hostilizava. Honwana realça as tensões e o jogo das forças em cena através das diferenças entre “brincar” entre si e ‘ficar a olhar [– e a “ladrar” –] para o Cão-Tinhoso’, assim como ‘virar-lhe as costas’ e “cheirar debaixo do rabo uns dos outros”, sinais de animosidade e de aliança bem marcados. Ao fim do episódio, o Cão-Tinhoso desconcerta o grupo de cães que se apresentava mais poderoso ao revelar reação inesperada:

Os outros cães às vezes deixavam de brincar e ficavam a olhar para o Cão-Tinhoso. Depois zangavam-se e punham-se a ladrar, mas como ele não dissesse nada e só ficasse para ali a olhar, viravam-lhe as costas e voltavam a cheirar debaixo do rabo uns dos outros e a correr. Duma dessas vezes, o Cão-Tinhoso começou a chiar com a boca fechada e avançou com a cabeça muito direita e as orelhas mais espetadas do que nunca.

Os outros cães ficaram um bocado a pensar no que haviam de fazer. É que o Cão-Tinhoso queria ir meter-se com eles. (HONWANA, 1980, p.6)

É possível perceber que esses cães gozam de certo prestígio, pois, além de ser comum o ataque e a hostilidade ao Cão-Tinhoso, todos eles possuem nome próprio e não uma alcunha com acepção pejorativa. Ainda assim, Tinhoso rosna para eles, ao que parece, num ato canino de defesa do seu território, e, mesmo ‘recuando com medo’, mantém-se altivo por algum tempo, conforme o narrador antecipara:

Depois o cão do Senhor Sousa, o Bobi, disse qualquer coisa aos outros e avançou devagar até onde estava o Cão-Tinhoso. O Cão-Tinhoso fingiu não ver e nem se mexeu quando o Bobi lhe foi cheirar o rabo: olhava sempre em frente. O Bobi, depois de ficar uma data de tempo a andar em volta do Cão-Tinhoso, foi a correr e disse qualquer coisa aos outros – o Leão, o Lobo, o Mike, o Simbi, a Mimosa e o Lulu – e puseram-se todos a ladrar muito zangados para o Cão-Tinhoso. O Cão-Tinhoso não respondia, sempre muito direito, mas eles zangaram-se e avançaram para ele a ladrar cada vez mais de alto. Foi então que ele recuou com medo, e voltando-lhes as costas, veio para a Escola, com o rabo todo enfiado. (HONWANA, 1980, p.6).

Cão-Tinhoso deixa-os sem ação, pois reivindicava algo que era seu, de direito, e eles não tiveram como exercer expressamente a força, então “os outros cães ainda ficaram um bocado a ladrar para o portão da Escola, todos zangados, mas voltaram para o capim do outro lado da estrada para continuar a correr [...]” (HONWANA, 1980, p.6). Curiosamente, ambos os lados reagem e recuam. No entanto, em Tinhoso os traços de desvantagem e de submissão prevalecem.

Ao ler esta passagem e interpretando o cão como uma referência a Portugal/Colonialismo/Colonizador Português, questionamos o porquê da subalternidade do Cão-Tinhoso perante aos demais cães. Em que sentido e em relação a quem Portugal/Colonialismo/Colonizador Português é subalternizado ou mesmo colonizado? Também se impõe outra questão: mesmo frágil o cão se coloca altivamente, em defesa de seu território, a porta da escola. Que relação pode ter isso com o colonialismo português? E então lemos – como possibilidade – esses cães como impérios coloniais e relacionamos essa reunião de cães, com o

que Daie (2014) chamou de “concerto das nações”, quando Portugal, o “primo pobre” europeu, posiciona-se em defesa de suas colônias no continente africano. Para Daie, “a imagem do famoso ‘concerto das nações’ como um grupo de cachorros cheirando os rabos uns dos outros é provocadoramente plausível pela perspectiva de um autor na periferia do capitalismo”.

Em “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade”, Boaventura de Sousa Santos (2003) trata das “especificidades do colonialismo português”, julgando-o como um “colonialismo subalterno, ele próprio “colonizado” em sua condição semiperiférica”. Sua justificativa concentra-se no que considera como dependência de Portugal perante a Inglaterra. Uma subalternidade, segundo ele, que colocou Portugal, muitas vezes, como uma “colônia informal” da Inglaterra. Para o pesquisador português, o desequilíbrio entre os colonialismos inglês e português está assentado no fato de a normatividade do sistema mundial ter sido imposta, desde sempre, pela Inglaterra. Já Portugal, pontua, foi delineando seu colonialismo, como discurso dessincronizado e de ruptura, a partir das exigências e conjunturas políticas.

Será possível ler a passividade e o temor do Cão-Tinhoso perante “Bobi”, o líder do grupo de cães, e os demais cães – pelas indicações de Ginho – como a submissão de Portugal à Inglaterra e às demais potências, que, por questões políticas e econômicas, encontravam-se aliadas à Inglaterra? Boaventura de Sousa Santos traça um perfil de Portugal, como um Caliban no contexto europeu. Na esteira da teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre, ele romanceia a imagem do povo português e por muito pouco não defendeu o colonialismo português e sua “missão civilizadora”. Pois, segundo ele, o português sempre esteve em trânsito e, ao longo da história, oscilou entre o estereótipo de Próspero e Caliban, sendo predominantemente mais Caliban – um “cafrealizado”⁴ –, que Próspero: “mais dados à pilhagem do que ao desenvolvimento (...) foram miscigenadores natos, literalmente pais da democracia racial, do que ela revela e do que esconde, melhores que qualquer outro povo europeu na adaptação aos trópicos” (p. 35).

Lusotropicalismos e “lusovitismos” à parte, talvez seja possível seguirmos essa reflexão da situação periférica de Portugal, para a leitura estigmatizante do Cão-Tinhoso enquanto colonizador, considerando o subdesenvolvimento econômico da metrópole frente às outras nações europeias. Por isso e não pela capacidade do “bom povo português” se adaptar aos trópicos. Aqui, a reflexão de Boaventura de Sousa Santos, que ajuda a sustentar essa leitura, enfatiza que os portugueses tiveram sua imagem construída, desde o século XV, pela Inglaterra, França e Alemanha – países da Europa considerados “civilizados” – da mesma forma que construíam a imagem dos povos de suas colônias “do subdesenvolvimento à precariedade das condições de vida, da indolência à sensualidade, da violência à afabilidade, da falta de higiene à ignorância, da superstição à irracionalidade” (p.30). O autor afirma que os estereótipos negativos passam a ser marcados de forma mais intensa no século XVIII, quando o domínio da Inglaterra sobre Portugal torna-se mais efetivo. Mas levanta uma questão:

Originalmente mestiço, calibanizado em casa pelos estrangeiros que o visitavam, cafrealizado nas suas colônias, semicalibanizado nas colônias e ex-colônias das potências europeias por onde andou, como pôde esse Próspero ser colonizador e colonizar prosperamente? E

será possível ser consistentemente pós-colonial em relação a um colonizador tão desconcertante e exasperantemente desclassificado e incompetente? (SANTOS, 2003, p.41).

Da mesma forma nos perguntamos: no contexto em que nasce a narrativa de Honwana, como podemos ler o Cão-Tinhoso como colonizador português, já que possui uma imagem tão frágil e, ao mesmo tempo, tão resistente? Estamos falando da década de 1960, momento em que os movimentos anticoloniais se unificaram, em Moçambique, numa forte mobilização em torno dos ideais de independência e unidade nacional. Um período também marcado pelo endurecimento do sistema colonial português, através da PIDE⁵, como forma de conter as lutas pela descolonização do território. Trabalhamos, então, com uma hipótese: a narrativa, além de ser escrita nesse período bastante delicado, de conflitos e de endurecimento da polícia colonial, pode ser lida não só como uma proposição de ideia de nação ou de agência da independência, mas como uma reflexão sobre o processo da colonização portuguesa, evidenciando critérios pertinentes para o entendimento do contexto retratado.

Nesse sentido, o texto de Boaventura de Sousa Santos traz uma contribuição controversa, mas oportuna para a leitura do Cão-Tinhoso como o colonizador, ao abordar “o primeiro momento de Próspero” do sistema colonial de Portugal. Ele afirma que – em final do século XIX e início do século XX –, por exigência da Conferência de Berlim, os portugueses teriam “ocupado efetivamente” os territórios africanos sob seu domínio. O que Boaventura de Sousa Santos chama de momento de próspero é, justamente, o momento que consideramos como o de sistematização e oficialização da violência e do racismo na colonização portuguesa. É quando a literatura colonial portuguesa faz surgir o “indígena primitivo como contraponto ao português colonizador”.

Uma outra questão que surge para a leitura do Cão-Tinhoso como uma representação do colonialismo português é: por que pessoas relacionadas ao poder colonial – o Doutor da Veterinária, o Senhor Administrador, a Senhora Professora, o menino Quim – desejam a morte do cão? Ou seja: o que representaria o fim do colonialismo para os portugueses radicados na colônia e relacionados ao poder, dentro do território moçambicano? A morte do Cão-Tinhoso conforme a narração de Ginho, em uma primeira leitura, foi encomendada por uma elite da colônia:

Um dia, o Senhor Duarte da Veterinária veio ter conosco quando estávamos no Sá a contar filmes e anedotas e disse-nos:
– Oiçam, ó rapazes, tenho uma coisa para vocês [...] É mesmo uma coisa para a malta. É coisa que eu com a vossa idade não deixaria de fazer, se me pedissem para fazer. Bem, vocês sabem, o Doutor mandou-me dar cabo de um cão, aquele, vocês conhecem-no, aquele que anda aí todo podre que é um nojo, vocês não o conhecem?... Ora bem, o Doutor mandou-me dar cabo dele. Acontece que eu tenho visitas em casa e é bera estar agora a pegar em armas e zuca-zuca⁶ atrás de um cão, vocês compreendem, não é rapazes? (HONWANA, 1980, p.16-17).

Percebemos, na fala de Senhor Duarte, certo grau de subversão e, talvez, uma possível alienação, já que muito claramente ele utiliza de um argumento

questionável, para deixar uma tarefa sua, sob a responsabilidade de um grupo de garotos. Em uma fala cheia de subterfúgios, a personagem parece conduzir a malta a assumir a função de matar o cão, para não se comprometer. Em sua fala, ao mesmo tempo, a personagem orienta o grupo a não fazer alarido e incita-o a fazer “tiro ao alvo”:

“Ora, vocês já tem armas e por isso não tenho de vos emprestar a Ponto 22 daqui da Repartição, aliás uma chega, mas se vocês quiserem fazer tiro ao alvo, eu não tenho nada com isso... Mas, pst, sem fazer um cagaçal⁷ que se oiça na vila!... Pronto, rapazes, ide, ide divertir-vos um pedaço, mas cuidado lá com as armas, hem? Nada de desatar a ferrar tiros nos cornos uns aos outros...”. (HONWANA, 1980, p.17).

É uma passagem bastante ambígua, carregada de significados. O Senhor Duarte pede para as crianças matarem o cão, segundo ele, porque não podia ele mesmo fazer isso, porque teria visita em sua casa, mas ele não quer que o grupo utilize a arma da repartição, porque fica sob sua responsabilidade. É como se a encomenda da morte fosse algo subversivo. Ao mesmo tempo, a passagem faz alusão à formação de um exército anticolonial, já que se propõe a dar cabo do Cão-Tinhoso, o colonizador. Pode ser uma referência também à moçambicanização do exército português e da contenção das lutas que foram iniciadas no interior do território.

Segundo José Luís Cabaço (2009), houve um interesse da Administração colonial em combater essas lutas do interior, com o objetivo de não deixar chegar ao centro, visando a manutenção da paz dos colonos que habitavam Lourenço Marques, pois já havia um relativo descontentamento da elite estabelecida ali. Entretanto, para esse momento, ficamos com a contextualização que Cabaço faz sobre a consolidação da “ocupação efectiva”. Ele informa que com essa ação da metrópole, a segregação passou a ser vista de forma mais evidente, já que houve um aumento do número de portugueses na colônia, causando sentimento de instabilidade na elite “predominantemente mestiça”, que

[p]or herança, pelas relações estabelecidas, por sua capacidade de mediação ou por sua iniciativa empresarial [...] assumira papéis de relevo no comércio, incluindo no tráfico humano, no transporte [...] na administração pública e nas forças militares de recrutamento na colônia. Dessa elite participaram também alguns africanos negros que tinham estudado em escolas missionárias ou que eram associados ou concorrentes nas atividades económicas. A posição privilegiada – económica e institucional – que lograram, no século XIX, dentro do território permitira que tal grupo tivesse acesso à posse de terras, construísse boas moradias e, de uma forma geral, se beneficiasse da penetração do capitalismo mercantil em Moçambique. Em síntese, a conjuntura permitiu que as elites locais se situassem numa esfera social próxima do poder de decisão. (CABAÇO, 2009, p. 121-122).

Essa elite, após alguns impactos – a decadência do comércio escravagista, a abertura das primeiras estradas e a crise econômica portuguesa (final do século XIX) – sofreu uma desarticulação e, com a migração de colonos e a fixação de militares da metrópole para a colônia, essa crise foi acentuada. Segundo Cabaço, “estabeleceu-se, entre os recém-chegados e os nativos letrados, uma acesa

competição pelas oportunidades de negócio, pelos melhores postos de trabalho, pelo controle da propriedade, pelo privilégio económico e social” (CABAÇO, 2009, p.122-123). O autor pontua que, para atrair portugueses para a colônia, o Estado Colonial – tanto na colônia, como na metrópole – propunha “incentivos em benefício de quantos vinham da metrópole” (p.123) e, para isso era crucial afastar essa elite local dos “centros de decisão”, alocando-a para a “linha de fronteira social”.

Nesse contexto, a comunidade nativa urbanizada, incluindo alguns brancos, organizou-se em “defesa dos interesses da comunidade negra”. É válido ressaltar, aqui, conforme Cabaço, que houve adesão de alguns brancos ao movimento, eram os denominados “brancos da terra”, que – a partir da Portaria Provincial n.317, de 9 de janeiro de 1917 – foram classificados como “indivíduos de raça negra”, diferenciados dos “portugueses legítimos”, algo que já era uma prática social. Fica muito evidente a preponderância dos brancos da metrópole, chegados com a “ocupação efectiva”, mas é expoente também que a diferenciação pela raça procede como antes, tendo o negro sempre como categoria inferior. Cabaço, quando trata sobre a abolição do “Estatuto do Indigenato”⁸ informa que:

[o]s não indígenas [...], ainda que juridicamente equiparados entre si, surgiam racialmente estratificados e hierarquizados salvaguardando os colonos dos perigos da competição laboral e da promiscuidade social: os brancos ou europeus se sentiam distantes dos asiáticos, que se viam diferentes dos mestiços, alguns dos quais considerando-se(sic) distintos dos assimilados”. (CABAÇO, 2009, p.121, grifos do autor).

É possível, a partir do livro de Honwana, ler essa lógica na relação estabelecida entre Ginho e Quim, o assimilado e o chefe da malta, filho de colono. O segundo, como líder da malta, foi quem ficou com a incumbência de liderar o grupo que daria conta da morte do Cão-Tinhoso. A situação de comando, de poder e de superioridade frente aos nativos, bem como aos estrangeiros de outras origens é muito evidente na narrativa. É o que se pode notar em algumas situações em que Quim entra em confronto com os outros garotos da malta:

O Quim olhou para o Gulamo e perguntou devagar e em voz baixa:
- Ó meu filho da mãe, queres que eu te arrebente o focinho?
- Rebentas uma ova, tu aqui não armas em mandão que eu não tenho medo de ti!
O Gulamo tinha-se virado para o Quim, com arma e tudo.
O Quim não teve medo da arma de Gulamo.
- Ouve lá, queres ter alguma coisa comigo, monhé de um raio?
- Isso era teu avô, meu labreguinho ordinário! Nunca te contaram isso lá na tua aldeia? Seu maguerre!... (HONWANA, 1980, p. 22-23).

As palavras “monhé” e “maguerre”, segundo o glossário presente na edição da *Ática* sistematicamente confirmado por constantes consultas linguísticas, têm, respectivamente, acepções de “mestiço de indiano com preto; comerciante indiano” e “colono”, ambas com sentido pejorativo. Percebemos que, mesmo Quim querendo gozar da superioridade aferida ao colono português, utilizando dessa para impor-se de forma autoritária perante os demais garotos, já é possível notar uma ação reativa do garoto mestiço, ele não se submete mais ao garoto

português: “o Quim gritava como um doido, mas o Gulamo não tinha medo dele porque começou a arregaçar as mangas da camisa” (HONWANA, 1980, p.23). Será que podemos fazer, aqui, uma leitura da defasagem do sistema colonial português?

Cabaço (2009) informa que por conta da onda de violência gerada pela persistência do sistema colonial português, que após a II Guerra teve seus mecanismos administrativos e repressivos acentuados, o mundo se volta para Portugal. Mesmo diante das independências das colônias pertencentes às potências europeias, Salazar pretendia postergar, ao máximo a descolonização dos seus domínios em África, pois os territórios serviam aos interesses da burguesia conservadora da metrópole e da colônia, por fornecer matéria-prima e mão de obra a baixo custo. Nas décadas de 1940 e 1950, já era grande o descontentamento por parte dos setores populacionais africanos, mas Portugal, visando conter as reivindicações, reagiu às primeiras manifestações em suas colônias com uma série de massacres, o que chamou a atenção dos olhares internacionais.

Em decorrência, principalmente, dos massacres ocorridos em Angola a ONU e outros organismos internacionais passam a pressionar Portugal, que então arquiteta uma “boa imagem” do seu sistema colonial, na esteira do lusotropicalismo, para evidenciar a diplomacia do regime, no trato com o nativo. Como uma das ações mais eficientes para o intento, Portugal decreta a abolição do Estatuto do Indigenato no ano de 1963. Esta mudança incomodou a elite branca, tanto das colônias como da metrópole, uma vez que atingia as estruturas mentais e sociais, as quais os brancos deveriam ressignificar, tal qual, outrora, os colonizados tiveram que fazer com seus hábitos, em decorrência da política de assimilação, visando manter a paz na província (CABAÇO, 2009, p. 260). Conforme registra o sociólogo, a Informação n.760 que revoga o Estatuto do Indigenato, dentre outras coisas,

determina que os governadores de distrito devam fazer “recomendações expressas às autoridades administrativas” para que se oponham “decididamente a todos os abusos nomeadamente os que derivam de regimes de trabalho injustos e ilegais, do sistema de prestação da contribuição braçal, de processos viciosos de aquisição dos produtos da lavra indígena etc”. (CABAÇO, 2009, p.260, grifos do autor).

Essas recomendações deixaram a sociedade civil branca insatisfeita, o que segundo Cabaço refletiu no não atendimento ao documento, implicando na manutenção das relações sociais entre colonizadores e colonizados/ não indígenas e indígenas. Mais que isso:

Num primeiro momento, os comportamentos racistas se radicalizaram (...) Todos os negros eram, então, olhados como suspeitos e potenciais elementos perigosos. Essa atitude imediata dos colonos estendeu-se a assimilados (e até algumas franjas de mestiços), que, nesses primeiros tempos, viram ainda mais seus direitos civis pela “suspensão” de fato do estatuto de que se beneficiavam. (CABAÇO, 2009, p. 234-235, grifo do autor).

Esse comportamento dos colonos, conforme as constatações de Cabaço evidenciava o medo por dividir privilégios com os nativos. Para os colonos, as mudanças propostas pelo estatuto poderiam “ameaçar as fronteiras do dualismo da ordem colonial” e, por isso, resistiram às reformas propostas pelo governo e reagiram com ataques políticos. A ação de Senhor Duarte, que cumpre ordem do Senhor Administrador, por intermédio do Doutor da Veterinária, então, pode ser lida como esses “ataques políticos” dos colonos descontentes com as mudanças na estrutura da sociedade colonial, pois além de percebermos o teor de sigilo, notamos também o teor político, a partir da passagem em que os meninos estão a tratar da morte do cão em sala de aula e a são surpreendidos pela professora:

- O que é que o Quim te estava a dizer? Sim, tu, Ginho, responde! Eu ia responder mas o Quim deu-me um beliscão.
- Não queres dizer? Será preciso usar a régua no teu rabinho?
- Não era nada, Senhora Professora, era por causa do Cão-Tinhoso. O Doutor da Veterinária vai matá-lo.
- Vocês não têm tempo para tratar desses sigilosos negócios de Estado durante a hora do intervalo? (HONWANA, 1980, p. 14-15).

A Senhora Professora, tanto quanto o Senhor Duarte – encarregado do Doutor da Veterinária – não queria se comprometer publicamente com essa ação que parece ser subversiva, embora se trate de uma ordem do Senhor Administrador. No entanto, a professora, como o administrador, sente desprezo pelo cão, a notar pela forma que reage à relação estabelecida entre Isaura e o Cão-Tinhoso:

- A Isaura tinha corrido logo, escadas abaixo, a agarrar-se ao Cão-Tinhoso, quando a Senhora Professora disse:
- Ó, menina, que pouca vergonha é essa? Vá já lavar as mãos!
- A Isaura afastou-se do Cão-Tinhoso e virou-se para a Senhora Professora. O Cão-Tinhoso ficou também a olhar para ela. Foi aí que a Senhora Professora disse [...]:
- Suca⁹ daqui! (Honwana, 1980, p 9-10).

Percebemos, nessa passagem, que a professora, tanto despreza Tinhoso como reprova o apego de Isaura a ele. O tratamento dado à situação é com uma possível conotação de “impureza”, coisa que, aliás, fica evidenciado, mais uma vez, na passagem em que Isaura repreende Cão-Tinhoso por ele meter-se por baixo de sua saia: “Cão-Tinhoso! Não sejas malcriado! O que é que estás a querer ver debaixo das minhas saias?” (HONWANA, 1980, p.16). Supomos aqui uma possível relação de colaboracionismo do colonizado junto ao colonizador, porque a professora retaliou a menina e expulsou o cão em ronga – “suca!” –, o que pode evidenciar que a Senhora Professora seja uma mestiça, já que fala uma língua que reúne palavra de um grupo etnolinguístico local ao português.

Diferentemente da professora, o Doutor da Veterinária, segundo Ginho, “se calhar não tinha vontade nenhuma de matar o Cão-Tinhoso, mas como é que ele havia de fazer, coitado, se foi o Senhor Administrador que mandou?” (HONWANA, 1980, p. 14). Enquanto integrante dessa elite, o Doutor da Veterinária aparece como não interessado pela morte do Cão-Tinhoso, assim como a menina Isaura e, em princípio, o próprio Ginho, que se desespera ao ouvir o Senhor Administrador falar da necessidade de matar o Cão-Tinhoso: “Fui a correr para o campo de futebol para avisar a malta: ‘O Cão-Tinhoso vai morrer.’ – O Gulamo disse-me: ‘Fora daqui!’

– Agarrei-me a ele e voltei a dizer-lhe que o Cão-Tinhoso ia morrer. ‘Larga-me’. Ele só dizia isso. ‘Larga-me’. – Mas estava quieto” (HONWANA, 1980, p 12-13). O menino desespera-se com a notícia e desaponta-se com a pouca importância dada pela malta ao fato.

Então, é possível notar as complexidades que envolvem os papéis sociais e as relações estabelecidas dentro do contexto colonial. Com esse recorte, levantamos reflexões sobre representações da elite formada na colônia – brancos, mestiços e negros assimilados – e sua relação de rechaço ou colaboração junto ao sistema colonial. Se Cão-Tinhoso é a colonização e parte da elite local – o Senhor Administrador, o Senhor Veterinário, o Senhor Duarte, a Senhora Professora, o menino Quim e a maior parte da “malta” – deseja sua morte, por que, em diferença, apenas duas crianças não compartilham desse projeto e uma acaba sucumbindo a ele, enquanto a outra o rejeita?

Isaura e Ginho são duas crianças negras, “nativas”, que frequentam a escola, portanto dois africanos em processo de assimilação. O Doutor da Veterinária pode também ser lido como um negro assimilado ou um mestiço e, mesmo que seja branco, não compartilha do projeto do Senhor Administrador. Ambos, diferentes da professora, podem não se sentirem atraídos pela ideia do colono branco, que deseja a morte do colonizador – o Cão-Tinhoso –, mas mantém o desprezo pelo colonizado, como podemos averiguar na passagem em que o Senhor Administrador se depara com Ginho e o Cão-Tinhoso no clube:

Olhou para mim e para o Cão-Tinhoso sem saber com qual de nós os dois havia de correr primeiro. Enquanto pensava para resolver isso cuspiu para nós os dois, isto é, para um sítio entre nós os dois. Está-se mesmo a ver que o cuspo tanto era para mim como para o Cão-Tinhoso. (HONWANA, 1980, p. 12).

Entrevemos na postura do Senhor Administrador o desdém pelo colonizador e pelo colonizado. Se continuarmos a refletir pela trilha da Abolição do Indigenato, é possível relacionar essa passagem com a insatisfação de parte da elite – os colonos brancos – com essa ação do sistema colonial. Acreditavam que isso poderia pôr fim ao arranjo da sociedade colonial, dividida em dois mundos, completamente diferentes e desiguais. Os anseios desse grupo, com certeza, não coincidem com as demandas do grupo dos mestiços e negros assimilados, que em vista dessa situação aqui posta, torna-se “beneficiário”, mas sem perspectiva de uma vida mais digna. Essa elite branca não estava preocupada com a perda de privilégios. De forma provinciana, estava insatisfeita com o possível acesso dos colonizados aos bens que julgavam ser apenas privilégio de brancos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

De uma ou de outra forma, os negros e os mestiços veem-se como colonizados, submetidos a todos os outros integrantes da sociedade colonial. Para eles, tanto o colonialismo, quanto o projeto dessa elite branca não muda sua realidade. A única saída seria a queda do Sistema Colonial, mas não pela liderança dos brancos. Era necessário ir além. Pensar a independência, mas reparar o racismo sistematizado pela colonização. Para isso, o poder precisaria mudar de mãos, o que se daria a partir da união dos tradicionais povos moçambicanos – e da

elite colonizada – na construção de uma revolução que resultaria na independência e na edificação de uma nação moderna e de um novo sujeito moçambicano. Uma leitura para a narrativa que apresentarei em outra ocasião, em que interpreto o Cão-Tinhoso, como o sujeito/cultura/tradição moçambicana que, como proposta da FRELIMO, precisa passar por uma modernização para superar a colonização.

Por esse motivo, a segunda leitura que propomos para o conto leva em consideração o projeto de independência e as divergências que figuraram nesse período no interior da Frente de Libertação e que teve como mote as diferentes formas de pensar a luta, a unidade nacional e o sujeito moçambicano. Embora se trate de uma ficção, não podemos deixar de lembrar que as reflexões sobre cultura e unidade nacional sempre fizeram parte das preocupações de Honwana, que esteve na diretoria da FRELIMO no período supracitado.

“Life can appear only from the decomposition of the colonist's corpse”? A possible reading for the narrative *We killed the tiny-dog*

ABSTRACT

This article is one of the possible readings for the narrative of Luís Bernardo Honwana, “We kill the dog-tinhoso”. The story occurs in colonial Mozambique and presents a conflictive situation full of complexities: the task of killing a dog, which some people in society judge as “rotten” and “old”, however, the task is delegated to a group of children. We work with some questions: Why does the dog need to die? Why children are the ones who need to perform this task? Considering the colonial context, what reading can be made of the image of the dog? Here we consider that there is a constructed narrative full of ambiguities and, therefore, we evoke the study of Walter Benjamin (1984) that deals with “allegory”. In addition to other authors, such as Mark Sabine (2010), Fabio Salem Daie (2014), José Luís Cabaço (2009) and Boaventura de Sousa Santos (2003).

KEYWORDS: Tiny-Dog. Allegory. Colonizer. Mozambique. Independence.

NOTAS

¹No português de Portugal, bem como no dos países africanos de língua portuguesa, o sinal diacrítico do “matámos” indica uma ação no passado e não no presente. Mantivemos para a apresentação do conto, embora no decorrer do capítulo, utilizaremos a grafia da edição brasileira.

²Essa observação fazia sentido para o momento da escrita, 2016. Hoje, acredito que haja mais produções sobre o conto e até sobre obra completa de Honwana.

³Walter Benjamin, 1984.

⁴Uma assimilação invertida, de Próspero por Caliban, dos portugueses pelos nativos de suas colônias. Segundo o autor, uma “identidade negociada” (SANTOS, 2003).

⁵Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

⁶Zuca-zuca: “andar apressado (onomatopéia)”, segundo glossário da edição utilizada (HONWANA, 1980, p.17).

⁷“Cagaçal”: “barulho”, segundo glossário da edição utilizada (1980, p.17).

⁸Conforme Cabaço (2009), Estatuto dos Indígenas Portugueses da Guiné, Angola e Moçambique, publicado em 1953, com o intuito de regulamentar a situação do indígena nas colônias portuguesas de forma uniformizada.

⁹“Suca”: “Sai!”, conforme glossário da edição utilizada.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A origem do drama barroco**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

DAIE, Fábio Salem. Nós ainda não matamos ninguém: opressão e violência em o cão-tinhoso, de Honwana. In: **Revista crioula**, n.14, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/78582/92085>. Acessado em maio de 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

HONWANA, Luís Bernardo. **Nós matamos o cão-tinioso**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

SABINE, Mark. Nós matámos o cão-tinioso: a emasculação de África e a crise do patriarca negro. **Via Atlântica**, nº 17, Jun/2010, p.187-200. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/viewFile/50549/54665>.

Acessado em agosto de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, jul. 2003, p.23-52. Disponível em:

http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

Recebido: 03 fev. 2020

Aprovado: 14 set. 2021

DOI: 10.3895/rl.v23n42.11587

Como citar: CONCEIÇÃO, Vércio Gonçalves. "A vida só pode surgir do cadáver do colono"? Uma leitura possível para a narrativa *Nós Matámos o Cão-Tinioso*. *R. Letras*, Curitiba, v. 23, n. 42 p. 01-18, set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/rl>. Acesso em: XXX.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

